

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Sra. Duda Salabert)

Requer a realização de Audiência Pública para discussão do tema: “as oportunidades e limitações de fontes de energia renováveis e sustentáveis no contexto de crise climática mundial”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso III do art. 24 e do art. 255 do Regimento Interno, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão para discutir o tema “as oportunidades e limitações de fontes de energia renováveis e sustentáveis no contexto de crise climática mundial”.

Solicito, assim, sejam convidados:

1. Lincoln Muniz Alves - Pesquisador do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e Autor Líder do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima);
2. José Wanderley Marangon Lima, professor titular voluntário da UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá), consultor da MC&E e Secretário de P&D do INEL;
3. Representante do IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente;
4. Representante do Instituto Clima e Sociedade (iCS);
5. Representante do Instituto E+Transição Energética;
6. Representante da Frente Nacional de Consumidores de Energia.

JUSTIFICAÇÃO

A audiência proposta tem a finalidade de lançar luz a algumas das diversas – e



necessárias – fontes de energia renováveis e sustentáveis (contribuirão para a transição energética e a rota descarbonização do Brasil), valorizando a estratégica posição que o país já ocupa neste tema. Entre os assuntos a serem tratados, destacamos as vantagens econômicas, viabilidade para produção e oportunidade de descarbonização da nossa economia que as soluções a serem debatidas representam para nosso país. Algumas dessas fontes apresentam variação na geração de energia elétrica (diária, anula, etc), como é o caso da eólica, que não é usada quando não há ventos e a energia solar, à noite. No caso da fonte hídrica, podem ocorrer estiagens (secas). Entre outras.

No âmbito do contexto de emergência climática que vivemos, ainda que exista um esforço global para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, ele tem sido insuficiente diante da magnitude dos impactos decorrentes desse fenômeno, que já têm sido observados com uma elevação média da temperatura do planeta em 1,1 °C. Como a meta do Acordo de Paris propõe limitar o aquecimento global a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, o que estamos vendo pode se agravar.

Para o Brasil, as tendências de aumento de temperatura devem continuar ao longo do século 21 a uma taxa superior à média global. Projeções apontam uma redução das vazões das usinas localizadas nas regiões Norte e Nordeste. Para as usinas no Sul e parte do Sudeste, a tendência é de aumento das vazões. Para a bacia do Paraná existe uma incerteza maior devido à Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) onde os modelos climáticos divergem quanto ao aumento ou diminuição da precipitação.

Estudos mostram que o Brasil possui quase dois terços (cerca de 60%) de hidroeletricidade, ou seja, energia renovável, sendo um dos grandes produtores mundiais de energia hidrelétrica, respondendo por 10% da produção mundial. Todavia ela é fortemente dependente de variações climáticas, como as chuvas essenciais para as afluições aos reservatórios dessas usinas.

Com a mudança do comportamento das chuvas devido às mudanças climáticas, esta geração está cada vez mais ameaçada, assim como o bem-estar dos cidadãos que vivem em nossas cidades, que, ano após ano, veem o registro de níveis de chuvas históricos, como em Petrópolis, no RJ, em 2022, Bertioga e São Sebastião, no Estado de São Paulo, em 2023. Em Belo Horizonte, a maior chuva já medida da história caiu em 2020, mesmo ano em que tivemos a maior temperatura registrada no município.

Por estes e outros fatos, as mudanças climáticas já fazem parte da vida do brasileiro. Nove a cada 10 brasileiros, ou 90% da população brasileira, acha que sofrerá impactos das consequências das mudanças climáticas em sua vida pessoal. Essa



importante informação foi captada pela pesquisa produzida pelo DataFolha em março de 2023, com mais de 2.000 pessoas, em 126 municípios.

Ou seja, o povo brasileiro já sabe - e sente - que estamos vivendo um contexto de emergência climática. Nós, parlamentares, precisamos responder aos anseios da população brasileira, legislando (i) em consonância com as evidências e constatações científicas sobre esse assunto; (ii) em respeito às necessidades públicas de reduzir emissões de gases de efeito estufa e nos adaptarmos às consequências das mudanças climáticas; (iii) respondendo à urgência de passarmos por um processo de transição energética para termos um novo modelo de desenvolvimento econômico, com vistas à descarbonização, efetivamente sustentável, que faça o Brasil tirar as pessoas da fome, ter empregos e, ainda, salvaguardando a nossa vida e a das gerações vindouras.

Para tal, precisamos, entre outras frentes, criar espaços e momentos para apresentação destes assuntos. Assim, a presente audiência pública é, também, um momento de aprendizado e partilha, para que nós, parlamentares, possamos responder às demandas da sociedade brasileira, lançando luz às potenciais soluções para resistirmos - e superarmos - a crise climática, valorizando nossa soberania na produção energética.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2023.

Deputada DUDA SALABERT
PDT/MG

